

A religião entre o gueto e a cidade

Por Iuri Andréas Reblin

Doutorando em Teologia (EST)
com o apoio do CNPq – Brasil
Mestre em Teologia (EST)
reblin_iar@yahoo.com.br

Resenha de:

CAVALCANTE, Ronaldo. **A cidade e o gueto: introdução a uma Teologia Pública Protestante e o desafio do neofundamentalismo evangélico no Brasil**. São Paulo: Fonte Editorial, 2010. 182p.

O livro se propõe a uma tarefa audaz: resgatar o princípio crítico e de contestação típico do pensamento protestante por meio de uma releitura atenta dos protestantismos fundamentalistas que permeiam o contexto brasileiro. Essa tarefa é assumida já na introdução do livro, quando Cavalcante apresenta um breve retrospecto histórico das imbricações que o protestantismo e a modernidade desenvolveram entre si e de como estas contribuíram para definir o mundo tal como é hoje. Se, por um lado, em suas origens e em seu desenvolvimento, o protestantismo insistiu na liberdade de consciência, promoveu a tolerância religiosa, a democracia e a dessacralização da política, defendeu o acesso direto ao Sagrado e estimulou a emergência do corporativismo; por outro lado, “sua dinamicidade interna revelou aspectos paradoxais inconciliáveis” (p. 22) como, por exemplo, no contexto brasileiro, certos apoios à Ditadura Militar, o legalismo e a ortodoxia doutrinária, presentes, sobretudo, nas correntes fundamentalistas. Embora já tenha sido abordado detalhadamente por inúmeros teólogos, esse retrospecto é importante para situar o leitor na discussão que o livro se propõe a fazer nos dois capítulos que se seguem. Nas palavras do autor,

Diante desse quadro, revela-se, como tentativa de superação dessa excrescência, a

importância de uma formação teológica de qualidade que possibilitaria, por um lado, a recuperação da identidade protestante perdida nos meandros institucionais e na busca insaciável do poder político de controle dentro do “gueto” e, por outro lado, a construção de um pensamento teológico relevante para a sociedade brasileira, que lhe devolvesse o *ethos* protestante, enfim, a elaboração de uma *teologia pública* em prol da cidadania; uma guinada de paradigma com vistas a uma real participação social do protestantismo na “cidade”, *pari passu* a uma consideração efetiva da *tolerância* como princípio axial de convivência; a oportunidade ímpar do pluralismo e o desafio do diálogo ecumênico, como valor central do Evangelho. (p. 23)

Assim, no primeiro capítulo, o autor aborda a relação entre Modernidade Ocidental e Protestantismo e as consequências desta imbricação, a fim de retomar as características principais do protestantismo e de ressaltar como essas características contribuíram para definir o cenário social, político e científico do mundo contemporâneo. A partir dessa leitura, o autor traça paralelos com aquilo que veio a ser, em grande medida, o protestantismo brasileiro.

Essa abordagem é inicialmente interessante por demonstrar as contrariedades e as dinâmicas

internas do protestantismo: o estímulo da ruptura entre *Igreja* e *Estado*, a defesa simultânea da soberania de Deus e da individualidade do ser humano, o desencadeamento do pensamento científico, a crítica à religião, o pluralismo contemporâneo, etc. Entretanto, ela se torna cansativa com o avanço das páginas, pois o autor busca resumir e discutir os principais posicionamentos de uma infinidade de pensadores como Hume, Freud, Leibniz, Weber, Schleiermacher, Tillich, entre muitos outros, para deixar para as páginas finais do capítulo aquilo que seria seu ponto-chave: a caracterização, ainda que breve, do protestantismo brasileiro, a fim de tornar viável pensar uma teologia pública protestante (brasileira) no capítulo seguinte.

No segundo capítulo, Cavalcante vislumbra as “bases protestantes para a construção da cidadania” a partir de uma tentativa de esboçar uma teologia pública protestante. A partir de uma leitura do pensamento de John Locke, o autor retoma princípios atinentes à mensagem cristã e significativamente defendidos nas origens do protestantismo, tais como tolerância e liberdade, enquanto fundamentais para o exercício da cidadania. Esses princípios seriam os propulsores imprescindíveis para uma teologia protestante preocupada com a realidade social e o contexto da qual emerge. Entretanto, o protestantismo teria que enfrentar ainda o desafio da tensão entre suas identidades (i.e. das diferentes confessionalidades que moldam o rosto do protestantismo brasileiro) e do diálogo ecumênico. Esse desafio não passaria apenas pelo debate institucional, mas, sobretudo, pela educação e pelo ensino de uma teologia pública “como recuperação da vocação protestante”.

Cavalcante não chega a descrever ou a detalhar como seria esse processo de avivamento da vocação protestante pela educação. Ele apenas indica que o protestantismo precisaria retomar conceitos e princípios que o caracterizaram em sua erupção e que o ensino de uma teologia pública seria uma possibilidade de tornar o protestantismo coerente, i.e., entre seus princípios e suas práticas. Assim, diante do resgate histórico, filosófico e teológico apresentado ao longo das páginas de *A*

Cidade e o Gneto, cujo potencial é apenas sinalizado nas poucas páginas da segunda metade do terceiro ponto do capítulo 2, o livro acaba pecando por sua pretensão. Ele se concentra em recuperar momentos do pensamento protestante e se dedica muito pouco a discutir o que propõe em seu título: ser uma “introdução a uma teologia pública protestante” e discutir “o desafio do neofundamentalismo evangélico no Brasil”.

Por ser uma publicação recente que intenta entrar no debate de uma tendência teológica que se quer instaurar no Brasil, o livro traz mais do mesmo. A indicação do objetivo do texto em propor uma teologia protestante pública, i.e., nas palavras do autor, “Uma teologia compromissada com o seu tempo, com suas múltiplas demandas. Em outras palavras, uma teologia encarnada e capaz de ouvir as perguntas do hoje e a partir de então, com base em sua história, em seus princípios, e com uma espiritualidade madura em diálogo com o *todo* da tradição cristã, articular respostas atualizadas e relevantes” (p. 156), não se distingue nenhum pouco do que teólogos protestantes e católicos e comunidades eclesiais ensinaram e gestaram na segunda metade do século passado: a teologia da libertação.

Assim sendo, a primeira *impressão* é que o livro tenta dar uma nova roupagem a um discurso e até a uma prática que já existe em solo latino-americano, resgatando uma publicidade que é, na verdade, inerente à teologia enquanto saber engajado em ler a realidade e buscar transformá-la. Mais ainda, a *impressão* consequente é de que a teologia pública seria antes uma ideia importada e discutida, não a partir das bases, mas a partir do clero. Ela seria antes uma ação que partiria das instituições à sociedade; i.e., é a Igreja enquanto instituição querendo rever seu papel no mundo, o que não seria, de imediato, um problema. Essas impressões são reforçadas pelo fato de Cavalcante não deixar claro o que seria, em sua visão, a *teologia pública*.

Nas poucas páginas em que discorre diretamente sobre o tema, o autor indica como teologia pública 1) o caráter público da teologia, 2) o movimento teológico estadunidense, 3) a reflexão desenvolvida por instituições de ensino no Estado do Rio Grande do Sul e 4) o pensamento de dois

teólogos protestantes, um suíço e um brasileiro. São indiscutivelmente posições distintas. Em outras palavras, não há uma clareza nem do que é teologia pública ou nem do que o autor quer que seja entendido como teologia pública.

Assim, o livro acaba sendo expressão da dinâmica com a qual descreve o fenômeno religioso protestante. Se, por um lado, tentou facilitar o acesso e a compreensão do leitor com uma série de notas explicativas no rodapé do texto, a fim de familiarizar o leitor com diversos dos pensadores abordados; por outro, é um livro que, pela linguagem e pelo teor, pelo uso de termos latinos, torna-se complicado para quem não pertence diretamente ao âmbito de discussão, isto é a teologia sistemática. E quem é familiarizado com a teologia acaba se frustrando pelo fato do autor se preocupar em retomar a trajetória protestante e se esquecer do caráter propositivo que o título da obra propõe.

A ausência de referenciais latino-americanos e de toda uma reflexão (ainda que uma releitura) *ecumênica* desenvolvida no bojo das ações das comunidades eclesiais de base despotencializa, de imediato, o potencial que o livro poderia alcançar. O livro lembra o que não diz, de que a teologia latino-americana, como Valério Guilherme Schaper e Kathlen Luana de Oliveira asseveraram, é teologia em movimento¹ e é teologia em movimento a partir do solo latino-americano; de que a vida, a realidade, se movimenta muito mais rápido do que o pensamento pode dar conta. Ainda assim, o livro não deixa de ser uma fonte de consulta e de pesquisa para quem deseja se aventurar pelos caminhos sinuosos e diversos do(s) protestantismo(s).

[Recebido em: abril de 2011,
aceito em maio de 2011]

¹ SCHAPER, Valério Guilherme; OLIVEIRA, Kathlen Luana de. A Teologia Contemporânea na América Latina e no Caribe: Teologia em Movimento. In: SCHAPER, Valério Guilherme; OLIVEIRA, Kathlen Luana de; REBLIN, Iuri Andréas (Orgs.). *A Teologia Contemporânea na América Latina e no Caribe*. São Leopoldo: Oikos; EST, 2008. p. 7-8.